

## MOVIMENTOS SOCIAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Valéria Maria Santana Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** *O presente estudo é parte integrante do projeto de pesquisa Movimentos Sociais e Conflitos Socioambientais: o caso da Fábrica de Cimento Portland (1980-1987), do Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe. O presente trabalho tem por objetivo analisar a relação entre movimentos sociais e conflitos socioambientais, traçando um breve estudo acerca das duas temáticas. Esta pesquisa busca contribuir para o resgate da memória de um dos fatos de grande relevância para os estudos na área de História Ambiental de Sergipe.*

**Palavras-chave:** Movimentos sociais; Conflitos socioambientais; Fábrica de cimento

Para Maria da Glória Gohn (2004, p. 251): “as condições para um movimento ter maior ou menor força social depende do lugar do conflito social em questão no cenário da luta social mais geral.”

Assim sendo, para uma definição do primeiro conceito – movimentos sociais – recorreremos inicialmente à conceituação elaborada por Gohn (2004, p. 251):

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil.

Para a socióloga, os movimentos sociais têm sempre um caráter político inserindo as demandas socioeconômicas, políticas e culturais na esfera pública. Neste processo, atores individuais atuam como representantes e veículos que transmitem as mensagens e ideologias dos movimentos.

A partir dos anos 70 do século passado, o paradigma em voga nas Ciências Sociais passa a ser o dos Novos Movimentos Sociais, elaborado a partir da crítica à abordagem clássica marxista, defendida por teóricos como: Claus Offe, Alberto Melucci, Laclau, Mouffe e Alain Touraine. As principais características desse paradigma são: a construção de um modelo teórico baseado na cultura; a negação do marxismo como campo teórico capaz de explicar a ação coletiva da sociedade contemporânea; entendimento dos participantes das ações coletivas como atores sociais; centralidade da política, passando a ser uma dimensão da vida social, abarcando todas as práticas sociais; e, finalmente, a análise dos atores sociais sob os aspectos de suas ações coletivas e da identidade coletiva criada no processo.

Porém, a própria categoria do “novo” que nomeia o paradigma é ainda uma questão aberta. Na verdade, o que há de novo é uma nova forma de fazer política e a politização de novos temas. Gohn (2004), por sua vez, rejeita a divisão entre novos e velhos movimentos sociais, preferindo agrupá-los em categorias independentes da contemporaneidade, a saber:

---

<sup>1</sup> Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe. [valmasaol@yahoo.com](mailto:valmasaol@yahoo.com)

- 1ª categoria: movimentos construídos a partir da origem social da instituição que apóia ou obriga seus mandatários;
- 2ª categoria: movimentos sociais construídos a partir das características da natureza humana: sexo, idade, raça e cor;
- 3ª categoria: movimentos sociais construídos a partir de determinados problemas sociais;
- 4ª categoria: movimentos sociais construídos em função de questões da conjuntura das políticas de uma nação (socioeconômica, cultural, etc.);
- 5ª categoria: movimentos sociais construídos a partir de ideologias.

Na terceira categoria acima elencada encontram-se os movimentos pela preservação do meio ambiente tais como: movimentos ecológicos; movimentos pacifistas; de preservação do patrimônio histórico; em defesa dos animais e plantas em geral.

A partir do final dos anos 1970 e durante a década de 1980 os países do Terceiro Mundo tornaram-se uma nova fonte de estudos sobre os Movimentos Sociais ao “entrarem em cena” novos “personagens”, novas problemáticas e novos cenários sociopolíticos. Com o surgimento de movimentos operários e populares de cunho contestador à ordem estabelecida emergiram novos sujeitos coletivos:

(...) eram os ‘novos movimentos de bairro’, que se constituíram num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores como os do passado; era o surgimento de uma ‘nova sociabilidade’ em associações comunitárias onde a solidariedade e a auto-ajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva; eram os ‘novos movimentos sociais’, que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada (SADER, 1988, p. 35-36).

É ainda neste contexto que também emergiram “novas modalidades de elaboração das condições de vida das classes populares e de expressão social” (SADER, 1988, p. 311). Neste sentido, o autor analisa os discursos de diversos atores sociais, partindo do pressuposto de que, para a elaboração de suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmo, os sujeitos envolvidos em lutas sociais recorriam a matrizes discursivas constituídas. Estas são entendidas como “modos de abordagem da realidade que implicam diversas atribuições de significado.” (Idem, p. 143)

Foram identificados então três centros de elaboração de discursos e suas respectivas matrizes discursivas: a Igreja Católica com a Teologia da Libertação; grupos de esquerda desarticulados trabalhando com a matriz marxista e o novo sindicalismo com a matriz sindicalista. Cada uma dessas matrizes foi adaptada, mesclada e modificada pelos movimentos sociais a cada situação. São em situações de crise que estes grupos vão abrir espaço para reelaborações.

A partir dos anos 1950 a Igreja Católica toma consciência de sua perda de influência sobre a população mais pobre devido à expansão do pentecostalismo, da umbanda e ao afastamento de fiéis. Na década de 60, com a instalação da Ditadura Militar no Brasil, setores dentro da Igreja opunham-se à ordem vigente estimulados pelo Concílio Vaticano II, que encorajava a participação ativa de grupos comunitários. Esta tendência foi reforçada na Conferência dos Bispos Latino-americanos em Medellín em 1968. Com o objetivo de aplicar as diretrizes do Vaticano II, a Declaração de Medellín teve como característica principal o apelo a

uma participação da Igreja na transformação da América Latina e a “denúncia das estruturas sociais que geram profundas desigualdades, exploração e miséria.” (SADER, 1988)

No entanto, apesar da Teologia da Libertação ter contribuído para reafirmar a Igreja Católica, seus adeptos foram alvo de reações políticas e até mesmo religiosas. É emblemática a frase do bispo Dom Hélder Câmara: “Quando dou de comer aos pobres, dizem que sou um santo; quando denuncio as causas da pobreza, dizem que sou comunista.” (HOUTART, 2002, p. 68)

Nas décadas de 1970 a 1980 acontece a expansão das CEB’s (Comunidades Eclesiais de Base), cujo tema central dos discursos era a “libertação” em oposição à “opressão”. Sader (1998) compara a noção de “libertação” presente nas falas pastorais com a noção de “revolução” dos discursos socialistas e comunistas, ocupando segundo ele, o mesmo lugar nas matrizes discursivas. As diversas matrizes se mesclaram e se transformaram ao longo das lutas dos diversos movimentos sociais, conforme as especificidades dos grupos sociais que os manipulavam.

Burke (2002) distingue dois tipos de movimentos sociais: os que dão origem a um processo de mudança e os que reagem às mudanças já em curso. O historiador afirma que o segundo tipo – “reativo” – é o mais comum, principalmente aqueles que protestam contra mudanças sociais ou econômicas que se configurem numa ameaça à sua forma tradicional de vida.

Já Amman considera a noção de movimentos sociais ambígua e imprecisa, já que, embora existam há muitos séculos, só se tornaram objeto de estudo das ciências sociais recentemente. Diante desta realidade, a autora formula seu próprio conceito, para ela movimento social é: “uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade (AMMAN, 1991, p. 22)”.

No entanto, Castells (1985, apud GOHN, 2004) afirma que os movimentos sociais não são agentes de transformação da sociedade por possuírem limites políticos e técnicos. São porém, essenciais para uma gestão democrática. Sem eles não há reformas urbanas, pois estas não ocorrem sem pressão.

De fato, ao observarmos a dinâmica da sociedade moderna, podemos constatar que as pressões exercidas pela população organizada funcionam como um termômetro da real situação da sociedade, seus anseios e necessidades. É na busca de terem essas necessidades atendidas, que Nascimento (2001, p. 94) parte da definição de George Simmel para conceituar conflitos. Para ele os conflitos:

(...) são meios pelos quais os atores sociais dirimem suas divergências, interesses antagônicos ou pontos de vista conflitantes, possibilitando que a sociedade alcance uma certa unidade. Os conflitos são fatores de coesão social, e não de distúrbio.

Os conflitos são elementos integrantes da sociedade moderna, portanto, para analisá-los os seguintes aspectos devem ser levados em consideração: a natureza do conflito, os atores sociais envolvidos, o campo específico, o objeto em disputa, a lógica ou dinâmica de evolução, os mediadores e a tipologia.

Com o objetivo de realizar um estudo mais específico, buscamos o conceito de conflitos ambientais. Acselrad (2004, p. 26) assim os define:

Os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos

indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

Esta definição é bastante completa no sentido de que insere no campo de disputa, de um lado, aqueles que de alguma forma são os causadores dos problemas que geram os conflitos e, de outro, os que por se sentirem prejudicados partem para o enfrentamento.

Buscando um termo que se apresente ainda mais adequado aos objetivos deste trabalho, incorporamos a noção de Conflito Socioambiental, que vem reforçar as conceituações expostas anteriormente. Este pode ser definido como disputas entre grupos sociais conseqüentes das distintas formas de uso do meio natural. (LITTLE, 2001; ALEXANDRE, 2003).

Little (2001) apresenta uma tipologia dos conflitos socioambientais, a saber: conflitos em torno do controle dos recursos naturais; conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural e, finalmente, conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais. Em relação ao objeto de estudo desta pesquisa, o enquadrámos no segundo tipo de conflito por se tratar de uma situação em que a intervenção humana no meio natural resultou em impactos tanto para o meio ambiente quanto para os seres humanos.

Para uma análise dos conflitos socioambientais, o autor propõe três procedimentos básicos:

- 1º - identificação e análise dos principais atores sociais envolvidos;
- 2º - identificação e análise dos principais agentes naturais envolvidos;
- 3º - análise sintética e global do conflito específico.

Little ainda apresenta três subtipos de impactos negativos: contaminação do meio ambiente, esgotamento dos recursos naturais e degradação dos ecossistemas. Dos três, o primeiro e o último são encontrados no caso da Fábrica de Cimento Portland.

Para entender um conflito na sua totalidade, se faz necessário que o pesquisador busque compreender as “intenções e posições de todos os atores sociais envolvidos” (LITTLE, 2006), adotando um enfoque interdisciplinar que concilie aspectos macro, micro e pessoais presentes em quase todas as situações conflituosas (BARBANTI Jr., 2006).

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: \_\_\_\_\_. (org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Fundação Heinrich Böll, 2004, p. 13-35.

ALEXANDRE, Agripa Faria. **Políticas de resolução de conflitos socioambientais no Brasil: o papel do Ministério Público e dos movimentos ambientalistas na Ilha de Santa Catarina**. Blumenau: Edifurb; Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

AMMAM, Safira Bezerra. **Movimento Popular de Bairro: de frente para o Estado, em busca do Parlamento**. Cortez: São Paulo, 1991.

BARBANTI Jr., Olympio. Conflitos socioambientais: teorias e práticas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2., 2004, Indaiatuba. **Anais Eletrônicos**. Indaiatuba: ANPPAS, 2004. Grupo de

Trabalho. Disponível em: [http://www.anppas/encontro2/GT/GT17/gt17\\_olympio\\_barbanti.pdf](http://www.anppas/encontro2/GT/GT17/gt17_olympio_barbanti.pdf)>. Acesso em: 6 nov. 2006.

BREDARIOL, Celso Simões. O aprendizado da negociação em conflitos ambientais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2., 2004, Indaiatuba. **Anais Eletrônicos**. Indaiatuba: ANPPAS, 2004. Grupo de Trabalho. Disponível em: [http://www.anppas/encontro2/GT/GT17/gt17\\_celso\\_bredariol.pdf](http://www.anppas/encontro2/GT/GT17/gt17_celso_bredariol.pdf)>. Acesso em: 1 nov. 2006.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. Tradução de Klauss Bransini e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

LITTLE, Paul E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, Marcel. (org.) **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Garamond: Rio de Janeiro, 2001, p. 107-122.

\_\_\_\_\_. A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2., 2004, Indaiatuba. **Anais Eletrônicos**. Indaiatuba: ANPPAS, 2004. Grupo de Trabalho. Disponível em: [http://www.anppas/encontro2/GT/GT17/gt17\\_little.pdf](http://www.anppas/encontro2/GT/GT17/gt17_little.pdf)>. Acesso em: 31 out. 2006.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: BURSZTYN, Marcel. (org.) **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Garamond: Rio de Janeiro, 2001, p. 85-106.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.